

A DIVULGAÇÃO DA REVOLUÇÃO DE 1817 ENTRE OS PERNAMBUCANOS E NA IMPRENSA NORTE-AMERICANA

FLAVIO JOSÉ GOMES CABRAL *

Para alguns observadores estrangeiros que visitaram o Recife no início do Oitocentos, a exemplo dos franceses Tollenare, comerciante e testemunha ocular da Revolução, e Hareng, capitão do navio La Perle da cidade de Honfleur, havia entre os pernambucanos desejo de discutirem assuntos que versavam sobre as ideias da Ilustração e sobre a Revolução Francesa e Americana. O capitão Hareng era de opinião que a província vivia uma aparente tranquilidade e que logo se convulsionaria, seguindo o exemplo da América espanhola. Aliás, sobre essas últimas insurgências esclareceu Oliveira Lima (1996: 509-510) que elas agiram a favor dos pernambucanos e a Coroa “descurara anteriormente e por completo o perigo desse inevitável contágio emancipador”. Na realidade havia muito tempo que a revolução vinha sendo exercitada nas casas, nos conventos, isto é, em ambientes fechados sob a sombra da maçonaria. Nessas ocasiões, além das discussões, organizava-se a resistência. Escreviam-se papéis doutrinários na tentativa de se cooptar pessoas a se revoltar contra a coroa. Denúncias não faltaram às autoridades sob esses encontros clandestinos muitos deles regados a cachaça e outros produtos da terra por se constituírem atos patrióticos em detrimentos as bebidas vindas de Portugal ocasião em que a revolução era exercitada.

Tudo leva a crer que a ação revolucionária estava marcada para eclodir no dia 16. No dia 1º, porém, houve nova denúncia, quando então o governador Caetano Pinto de Miranda Montenegro resolveu agir precipitando a revolta. No dia 4, através da ordem do dia, pedia às tropas obediência à monarquia e harmonia entre brasileiros e portugueses. No dia imediato, por intermédio de uma proclamação à população, aquela autoridade fez apologias à promoção do Brasil à categoria de Reino Unido, sublinhando todos serem vassallos do mesmo monarca. Finalmente, no dia 6, várias pessoas foram presas acusadas de sublevação. No Forte das Cinco Pontas, um motim militar terminou com a morte do tenente-coronel Alexandre Tomás e antecipou o processo revolucionário. Em poucas horas os amotinados tomaram as ruas. O

* Professor da Universidade Católica de Pernambuco, Doutor em História. Agradeço a FACEPE o apoio dado à referida pesquisa.

governador fugiu do palácio com familiares e amigos para o Forte do Brum de onde por ordem expressa dos revolucionários abandonou o governo seguindo em uma embarcação para a corte do Rio de Janeiro.

Em um Estado, que aspira pela liberdade, os governantes devem ser eleitos pelo povo ou “por seus representantes, munidos de “poder especial,” explicou o padre revolucionário Muniz Tavares (1969: 57). Sob essa perspectiva, resolveu o comerciante Domingos Antônio Martins, uma das lideranças do movimento, apontar nomes para integrar o eleitorado que deveria eleger o Governo Provisório da República. Tudo isso se constituía uma novidade, vez que até então, em termos eleitorais, o que se conhecia eram as velhas eleições para vereadores das câmaras municipais. A lista eleitoral era composto por nomes ligados as elites proprietárias, entretanto Martins fora um pouco além, incluindo figuras ligadas aos grupos subalternos, como as de Joaquim Ramos de Almeida (mestre-de-campo do terço velho dos Henriques) e Tomás Antônio Ferreira Vila Nova (mestre-de-campo do terço novo dos Henriques) ¹. Os eleitores reunidos no prédio do Erário elegeram os componentes do governo então composto pelo padre João Ribeiro Pessoa de Melo Montenegro, o capitão Domingos Teotônio Jorge Martins Pessoa, o magistrado José Luís de Mendonça e o proprietário Manoel Correia de Araújo. Essa composição foi anunciada à população através de um bando, lido pelas ruas, a toque de caixa. Velho hábito de comunicação herdado do Antigo Regime os bandos e proclamações foram veículos de comunicação constante utilizado pelo governo para participar a população as decisões e novidades.

Os mandatários da república logo se perceberam que era preciso “emocionar”, como lembra Chartier (2002: 198), a população buscando seu apoio para o sucesso do movimento. Ademais, comentar assuntos do domínio da política, até então, constituía uma prática

¹ O eleitorado reunido estava formado por Luiz Francisco de Paula Cavalcanti de Albuquerque, José Inácio Ribeiro de Abreu e Lima, Joaquim Ramos de Almeida, Francisco de Brito Bezerra Cavalcanti de Albuquerque, Joaquim José Vaz Salgado, Antônio Joaquim Ferreira de S. Paio, Francisco de Paula Cavalcanti, Felipe Nery Ferreira, Joaquim d’Anunciação e Siqueira, Tomás Ferreira Vila Nova, José Maria de Vasconcelos Bourbon, Francisco de Paula Cavalcanti Júnior, Tomás José Alves de Siqueira, João de Albuquerque Maranhão, João Marinho Falcão. TAVARES, Muniz. *História da Revolução de Pernambuco de 1817*. Recife: Governo do Estado de Pernambuco, 1969, p. 57. Sobre a participação da gente de cor no processo revolucionário de 1817, leia-se: SILVA, Geraldo Silva. Negros patriotas. Raça e identidade social na formação do Estado nação (Pernambuco, 1770-1830). In: JACSÓ, István. *Brasil: formação do Estado e da nação*. São Paulo: Hucitec, 2003, p. 497-520.

perigosa. As ruas eram espionadas pelos agentes do governo. Por conta disso, as comunicações face a face se fecharam no interior da esfera privada, isto é, das casas. Nessas ocasiões, impressos europeus trazidos pelos passageiros dos navios, que com certa frequência, ancoravam no porto recifense noticiavam os ideais das revoluções burguesas do século XVIII eram lidos e debatidos. Em 1817 apesar do esforço dos rebeldes para divulgar os objetivos do movimento rebelde à população de um modo geral se mostrou arredia mantendo-se reclusa em suas casas por temer que com brevidade o monarca se manifestasse enviando tropas para Pernambuco, como de fato aconteceu.

Ainda na tentativa de busca apoio popular apelou-se para os escritos. Neste sentido proclamações foram escritas algumas das quais impressas. A imprensa se tornou uma excelente aliada e uma novidade à época uma vez que o uso de tipografia era até então raros e proibidos pela coroa. Em 1817 existia em Recife um prelo pertencente ao inglês James Pinches que durante a revolução ficou a serviço do governo. Entretanto, dada à falta de tipógrafos tal ofício foi improvisado cabendo a dois frades, um marujo francês e o próprio Pinches a responsabilidade de trabalhar nos serviços gráficos encomendados pelo governo. Nesta tipografia foram confeccionadas várias proclamações, a pastoral do bispado de Olinda e o famoso “Preciso”. O referido documento foi escrito em 10 de março de 1817 por José Luís Mendonça denunciava o governador Caetano Pinto de Miranda Montenegro de ter “combinado” para “sustentar as vaidades de uma Corte insolente sobre toda a sorte de opressão de nossos legítimos direitos” além de acusar o rei de trair a população aplicando impostos e de abandonar a província a própria sorte. (TAVARES, 1969: 64-65) Com a queda da revolução a licença da tipografia foi cassada em 15 de setembro de 1817 por determinação do ministro Tomás Antônio Vila Nova Portugal. (LIMA, Oliveira. In: TAVARES, 1969: 325-326; MELLO, 1976, 175).

Os impressos em sua maioria procurava mostrar que a revolução foi feita para livrar a província das garras do despotismo que asfixiava as esperanças. E seguindo a tradição todo esse aparato era apregoado pelas ruas despertando a atenção de todos ao som de toque de caixa. A proclamação que foi editada em 12 de março de 1817 e assinada por três dos membros do governo; o padre João Ribeiro Pessoa, Domingos José Martins e Domingos Teotônio Jorge ao pedir apoio da população procurava incutir nela o heroísmo dos

antigos pernambucanos que no século XVII conseguiu derrotar o inimigo holandês nos campos de Guararapes, Tabocas e Casa Forte tidas como “os maiores padrões de valor e fidelidade que tem o mundo, o seus heróis não eram mais que nós, porque tinham de grande era o ser de pernambucanos que nós também somos”. E diante das circunstâncias era preciso que os pernambucanos do presente procurassem imitar seus antepassados que naqueles locais lutaram contra o invasor a serviço dos ideais libertários. (AHI. Lata 195, maço 04, pasta 05, 1817)

A proclamação dirigida aos “Denodados patriotas baianos” pedia que não hesitassem a seguir o exemplo dos pernambucanos porque se tratava de um povo que tendia sempre marchar à dianteira da estrada da civilização por isso não deveriam vacilar para “recuperar o título, que nunca deveríamos ter perdido, o título de homens livres!”. O documento finalizava pedindo aos baianos que se juntassem seus esforços aos dos pernambucanos e pedia que: “ultimemos a obra tão felizmente começada; salvemos o Brasil que descorado atenta em os e em nos escora sua nutante liberdade. Baianos acordai as vossas as nossas vozes, entoemos o santo hino. Viva a religião, viva a liberdade”. (AHI. Lata, 195, maço 04, 14)

Todos esses impressos finalizavam-se dizendo que tinham sido realizados “na oficina tipográfica da 2ª Restauração de Pernambuco”. Como assim se autoproclamava a revolução, uma vez que a primeira restauração foi a que expulsou os holandeses no distante ano de 1654. Vivia-se, assim, um momento histórico que se unia a uma luta contra o estrangeiro no século XVII. Atrelado a esse evento, inventava-se um calendário cujo ponto de partida era a própria revolução. Ao se romper com o velho pacto, as velhas insígnias e as armas reais foram abolidas desaparecendo o “império do despotismo até seus últimos vestígios”, como explicava do decreto de 18 de maio de 1817, do governo provisório paraibano. (LEITE, 1989: 196) Emergiam, assim novos símbolos como a bandeira e o novo laço nacional azul e branco, os quais procuravam materializar a recente conquista.

O governo provisório encontrou alguns percalços como, por exemplo, a falta de víveres, fortalecimento dos regimentos militares não apenas para manter a ordem, mas defender a república da fúria real. Os homens do poder não pretenderam modificar as questões relacionadas com a produção e o comércio externo. Pelo contrário, tais atividades eram consideradas necessárias e para isso dependia que entendimentos comerciais e

diplomáticos fossem realizados com urgência. Neste sentido foi aventada a necessidade de procurar apoio internacional principalmente dos Estados Unidos da América. Muitas dos revolucionários criam que a política americana era a mais eficiente do mundo por isso no momento da instalação do governo da nova república se pensou em implantar a bandeira federalista a imitação dos Estados Unidos bem como a futura Carta constitucional seria semelhante a do referido país com alguns ajustes para adequá-la à realidade local. No sentido de estreitar os interesses com os norte-americanos seria nomeado ministro plenipotenciário (embaixador) junto ao governo de Washington o rico comerciante Antônio Gonçalves da Cruz, conhecido pelo nome de Cabugá. O diplomata pertencia às rodas maçônicas a exemplo da maioria dos revolucionários, tendo inclusive franqueado sua residência para encontros maçônicos.

As novidades pernambucanas chegaram aos Estados Unidos por intermédio do inglês Charles Bowen. Ele havia partido do Recife em pleno calor dos acontecimentos em 13 de março e logo após seu desembarque ocorrido no dia imediato no porto de Norfolk se deslocou até a redação do *Norfolk Herald Office* para relatar os acontecimentos além de anunciar a chegada de um representante diplomático, que deveria se tratar de Antônio Gonçalves da Cruz, cuja missão seria estreitar os laços de amizade entre as repúblicas. O jornal em sua edição de 24, saía na rente de outros noticiosos com a manchete “Highly important! Revolution in Brazil” cuja novidade se espalharia por todo país cujo artigo seria transcrito em outros jornais entre eles no *National Intelligencer*, da capital norte-americana Washington que circulou no dia 29. Neste dia o *Baltimore Patriot* publicava súmulas de algumas cartas vindas do Recife versando sobre o assunto, e no dia 30, esta mesma gazeta publicava a tradução do *Preciso* e as primeiras proclamações do revolucionário. (MOURÃO, 2009: 248)

Cabugá deixou o Recife no dia 6 de abril de 1817, e após 39 dias, desembarcava no Porto de Boston, no dia 14 de maio de 1817. O jornal *Boston Daily Advertiser* de 15 de maio abriu espaço noticiando sua chegada além de saudá-lo. A notícia foi divulgada em outras gazetas, o *Boston Patriot* do dia 16 e no *National Intelligencer*, do dia 17 (BOURDON, 1975: 270-271). A recepção ao pernambucano na imprensa continuou em outros periódicos. O *The Philadelphia Aurora*, de 26 de maio de 1817, que além de cumprimentá-lo, utilizou suas páginas para cobrar do governo apoio à Revolução, como mostra o recorte:

Um documento recente (...) prevê que o novo ministro de Pernambuco encontrará uma “recepção fria” em Washington. Comprometemo-nos (...) a predizer o contrário, (...) que este distinto cavalheiro seja mais cordialmente recebido (...) A causa da independência sul-americana é tão querida (...) para o governo [itálico no original] dos Estados Unidos como é para o povo (KAHLER: 1968, 87).

Suspeitamos que o “documento recente” que se refere o *The Philadelphia Aurora* deve se referir à Lei de Neutralidades sancionada em 3 de março de 1817, pelo presidente Madison, quando o governo estadunidense se conservaria imparcial frente às guerras entre a Espanha e suas colônias na América.² Naquele momento, os Estados Unidos mantinham relações delicadas com a Espanha devido aos problemas de fronteira. E, provavelmente para evitar acirrar os ânimos, mantiveram-se cautelosos procurando não reconhecer os novos governos fundados na América Latina. A chegada de Cabugá se dá justamente em um movimento de muitas vicissitudes, entretanto injetou entusiasmo à imprensa republicana exaltada estadunidense além de instigar opiniões sobre o desenrolar do movimento revolucionário.

A missão Cabugá foi pouco estudada e, portanto mal compreendida. Para alguns estudiosos se tratou de uma missão frustrada ou que faltou visão política. Observadas as correspondências do diplomata, das autoridades estadunidenses, do embaixador do Reino Unido de Portugal, Brasil e Algarves, o abade José Correa da Serra³ ou as matérias publicadas em jornais norte-americanos sobre a revolução e seu emissário, deduz-se o contrário. Para Mourão (2009: 137), a experiência de 1817, apresentou pela primeira vez ao mundo um Brasil não português, amotinado e republicano. Com Cabugá, explica o autor,

² As guerras libertárias ocorridas no continente puseram em alerta o abade Correa da Serra, uma vez que tinha receio que o exemplo vindo do exterior pudesse ser imitado no Brasil. Entretanto o medo maior era que os Estados Unidos reconhecessem as novas repúblicas e contra isso o embaixador se bateu com insistência. O alívio veio em 27 de dezembro de 1816, quando o abade era informado por Monroe que o presidente havia enviado ao Congresso mensagem em que o país se manteria neutro diante aquelas guerras o que de certa forma poderia evitar ameaças contra os interesses da coroa portuguesa instalada no Brasil. (BOURDON, 1975: 27-28)

³ O abade assumiu as funções de embaixador nos Estados Unidos, em 1816. Homem ilustrado e interessado pela botânica privava da amizade com pessoas de grande prestígio social, entre elas figuras do cenário político norte-americano, James Madison, John Quincy Adams e Thomaz Jefferson. Quanto a este, chegou a frequentar sua residência em Monticello (Virgínia), ocasião em que se discutiam questões sobre agricultura e política. Sobre o diplomata leia-se: FÁRIA, António. *Concepção de história e prática política: o abade Correia da Serra (1751-1823)*. Lisboa, (História, Dissertação de Mestrado), 1999. DAVIS, Richard Beale. *The Abbé Correa in America, 1812-1820: The Contributions of the Diplomat and Natural Philosopher to the Foundations of Our National Life. Correspondence with Jefferson and Other Members of the American Philosophical Society and with Other Prominent Americ*. Philadelphia, The American Philosophical Society, 1955.

aportou nos Estados Unidos um Brasil novo, e sua atuação “esteve perfeitamente de acordo não apenas com a situação internacional, mas também com as expectativas do próprio enviado e do governo provisório da revolução”.

Cabugá partiu para os Estados Unidos com a missão de estreitar as relações entre as duas repúblicas. A carta endereçada a ele pelo governo pernambucano datada de 27 de março de 1817 explicava que assim que ele chegasse ao seu destino procurasse se introduzir no seio daquela sociedade a fim de que ela o intermediasse junto à Secretaria de Estado e no momento oportuno apresentasse ao secretário suas credenciais. Tal formalidade foi realizada no dia 14 de junho de 1817, quando Cabugá chegava à capital federal e logo agendaria audiência privada com o secretário de Estado em exercício Richard Rush.⁴ Nesta ocasião foi entregue ao dito secretário alguns documentos para que este enviasse para o presidente da república que falavam sobre o andamento do movimento revolucionário e uma aquarela da bandeira da república pernambucana contendo notas explicativas em inglês sobre seus símbolos⁵.

No dia 16 de maio o *Boston patriot* ao tecer comentários sobre a revolução divulgava a referida bandeira salientando que quando fora apresentada pela primeira vez aos pernambucanos, figurava sobre o arco-íris uma estrela, indicativa do Estado de Pernambuco, entretanto outras estrelas poderiam figurar à medida que as províncias fossem aderindo à Revolução e para isto esternava que tal número crescesse rapidamente (BOURDON: 1975: 272). Aliás, a imprensa norte-americana desde o momento que tomou conhecimentos dos

⁴ Entre os meses de março e setembro de 1817, Rush ocupou interinamente a secretaria de estado enquanto o titular John Quincy Adams, nomeado pelo presidente Monroe para tais funções não chegava de Londres aonde, até então, vinha ocupando o cargo de embaixador. (BOURDON, 1975:250)

⁵ A tradução da referida nota é a seguinte: “as três estrelas representam os Estados de Pernambuco, Paraíba e Rio Grande do Norte, os quais, segundo as últimas notícias (5 de abril) compunham a confederação em prol da liberdade e independência. Logo que as outras províncias do reino do Brasil tiverem aderido à confederação, outras estrelas serão colocadas em volta do íris. O íris tem três cores, significando paz, união e amizade que a Confederação oferece aos portugueses da Europa e aos povos de todas as nações que vierem pacificadamente aos seus portos, ou que porventura residam nestes. O sol significa que os habitantes de Pernambuco são filhos do sol, e sob ele vivem. A cruz alude ao nome de Santa Cruz dado ao Brasil na época do seu descobrimento” (COSTA, 1958: 414). O original desta gravura se encontra no Arquivo dos Negócios Estrangeiros de Washington cuja cópia foi remetida em 20 de novembro de 1886 ao Instituto Histórico de Geográfico Brasileiro por José Augusto Ferreira da Costa, então secretário da Legação do Império brasileiro em Washington e publicada em 1893 na revista do referido Instituto. COSTA, José Augusto Ferreira da. “Flag of the Republic of Pernambuco”, *Revista do Instituto Histórico de Geográfico Brasileiro*, v. LVI, Rio de Janeiro, 1893, p. 122. Documentos históricos. Revolução Pernambucana de 1817. Rio de Janeiro, Biblioteca Nacional, 1954, p. 258-259, 260-262, 262-265, 266, v. CIX.

eventos pernambucanos se posicionou a favor dos rebeldes para desconsolo do embaixador português abade Correa da Serra que via toda essa impressão com apreensão e muitas vezes utilizou daquelas folhas para rebater seus adversários.

Durante alguns meses de 1817 as comoções políticas pernambucanas não deixaram de ser notícia nos jornais estadunidenses que se posicionaram a favor do movimento. O *Georgetown Messenger* de 2 de maio de 1817, ao esclarecer as circunstâncias daquelas ebulições opinava que dada sua dimensão e circunstâncias, achava-se quase improvável que um evento daquela magnitude tivesse acontecido. Embora as notícias que chegavam à redação do referido noticioso argumentassem que se tratava de um movimento bem sucedido, sem derramamento de sangue o jornal era de opinião que a coroa não iria deixar tudo aquilo passar em branco. E ia mais longe quando duvidava que a revolução resistisse por muito tempo porque estando Pernambuco muito distante de Buenos Aires e das províncias rebeldes espanholas nenhuma ajuda receberia dessas localidades e temia que não conseguisse resistir ao poder do monarca. Entretanto, acreditava que o sucesso do movimento iria depender das próprias pessoas e da disposição dos outros habitantes do Brasil uma vez que se os brasileiros estivessem decididos a ser independentes,

a independência está dentro do seu poder. É necessário nutrir fortes esperanças; lembremos que assim como na fase inicial da Revolução Francesa, os brasileiros manifestam uma sensibilidade forte para a causa das pessoas que estavam lutando por suas liberdades (BOURDON, 1975: 265)

No dia 14 de julho, para desespero dos que acreditavam no sucesso da revolução, o *National Intelligencer* publicaria matéria baseada em uma carta escrita no dia 25 de maio em Pernambuco, descrevendo que o Recife havia sido ocupado pelos exércitos reais e o Governo Provisório havia sido desbancado. A imprensa ianque influenciada ou não por Cabugá ou pelo abade Correa da Serra, se destinaria a ratificar ou negar os fatos. Quando o insucesso da revolução já era evidente resolveu Cabugá apelar no dia 20 de agosto de 1817 para o presidente solicitando auxílio para Pernambuco evitando que cenas sangrentas fossem evitadas. Apesar do apelo os Estados Unidos se mantiveram neutro (LIMA in TAVARES, 1969, 353-358). Um ano depois desses acontecimentos oferecia Cabugá no dia 21 de maio um jantar na Pensilvânia em que tomaram parte vários rebeldes sul-americanos. Nessa ocasião “a

liberdade de toda a América Meridional” foi saudada e vingança aos “mártires da liberdade de Pernambuco” foi solicitada bem como à “extinção da tirania” real (BOURDON: 1975, 395). Se o movimento pernambucano não triunfou, a província não conseguiu se curvar pacificamente à autoridade real. Manifestações iriam irromper nos anos vindouros, principalmente entre 1820 e 1821, quando motivados pelas inovações políticas vindas da Revolução do Porto a província se sublevaria procurando se adequar ao novo modelo político.

FONTES

MANUSCRITAS

AHI - Arquivo Histórico do Itamaraty.

Lata 195, maço 04, pasta 05

Lata 195, maço 04, pasta 14

IAHGP - Instituto Arqueológico, Histórico e Geográfico Pernambucano

Mapa curioso que contém o nome dos indivíduos abrangidos na revolta perpetrada em Pernambuco em 6 de março de 1817.

IMPRESSA

BOURDON, Léon. *José Corrêa da Serra Bourdon: Ambassadeur du Royaume-Uni de Portugal et Brésil a Washigton (1816-1820)*. Paris: Fundação Calouste Gulbenkian, Centro Cultural Portugueses, 1975. (Fontes Documentais Portuguesas-VII)

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- CHARTIER, Roger. *A história cultural entre práticas e representações*. 2ª Ed. Alges-Portugal: Difel, 2002.
- COSTA, José Augusto Ferreira da. “Flag of the Republic of Pernambuco”, *Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro*, v. LVI, Rio de Janeiro, 1893, p. 122. Documentos históricos. Revolução Pernambucana de 1817. Rio de Janeiro, Biblioteca Nacional, 1954, v. CIX.
- COSTA, Pereira da. *Anais pernambucanos*, Recife, Arquivo Público Estadual, 1958, p. 414, v. VII.
- DAVIS, Richard Beale. *The Abbé Correa in America, 1812-1820: The Contributions of the Diplomat and Natural Philosopher to the Foundations of Our National Life. Correspondence with Jefferson and Other Members of the American Philosophical Society and with Other Prominent Americ*. Philadelphia, The American Philosophical Society, 1955.
- FARIA, António. *Concepção de história e prática política: o abade Correia da Serra (1751-1823)*. Lisboa, (História, Dissertação de Mestrado), 1999.
- KAHLER, Mary Ellis. *Relations between Brazil and United States, 1815-1825, with especial reference to the revolutions of 1817 and 1824*. Phd (History) – The American University, Faculty of the College of Arts and Sciences, Washington, 1968.
- LEITE, Glacyra Lazzari. *Pernambuco 1817*. Recife: Fundaj/ Ed. Masssangana, 1989.
- LIMA, Oliveira. *Dom João VI no Brasil*. 3ª ed. Rio de Janeiro: Topbooks, 1996.
- LIMA, Oliveira. Notas bibliográficas e documentos. In: TAVARES, Muniz. *História da Revolução de Pernambuco de 1817*. Recife: Governo do Estado de Pernambuco, 1969.
- MELLO, Evaldo Cabral de. Aproximação a alguns temas da história pernambucana. In: *RIAHGP*. Recife: IAHGP, vol. XLVIII, 1976.
- MOURÃO, Gonçalo de Barros Carvalho e Mello. *A revolução de 1817 e a história do Brasil: um estudo de história diplomática*. Brasília: Fundação Alexandre de Gusmão, 2009.
- TAVARES, Muniz. *História da Revolução de Pernambuco de 1817*. Recife: Governo do Estado de Pernambuco, 1969.

SILVA, Geraldo Silva. Negros patriotas. Raça e identidade social na formação do Estado nação (Pernambuco, 1770-1830). In: JACSÓ, István. *Brasil: formação do Estado e da nação*. São Paulo: Hucitec, 2003, p. 497-520.